

Cotação

- Dólar: R\$ 5,70
- Euro: R\$ 6,44



COMUNICAÇÃO
CARAGUATATUBA
GOVERNO MUNICIPAL
TEMPO DE PROSPERIDADE

Quinta-feira • 8 de Maio de 2025

CLIPPING

Efemérides

Hoje	9 de Maio
<ul style="list-style-type: none">• Tempo de Recordação e Reconciliação pelos que perderam a vida durante a Segunda Guerra Mundial• Dia do Profissional Marketing• Dia da Vitória• Dia do Artista Plástico• Dia Internacional da Cruz Vermelha	<ul style="list-style-type: none">• Dia da Europa

Agenda do dia

Hoje	9 de Maio
<ul style="list-style-type: none">• Sem Agenda	<ul style="list-style-type: none">• Sem Agenda

Veículos

Folha de São Paulo • O Estado de São Paulo • Tamoios News • O Vale • Portal Notícias do Litoral • Litoral em Pauta • Jornal do Litoral • Nova Imprensa • Diário Caiçara • Ubatuba Times • Litoral Norte Web • Notícias das Praias • Band Vale • TV Thati

Índice

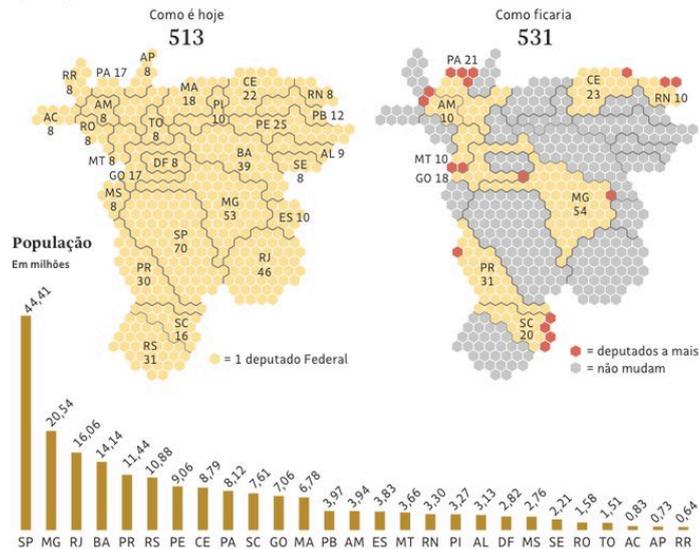
Política.....	3
Folha de São Paulo.....	3
Folha de São Paulo.....	4
Folha de São Paulo.....	5
Folha de São Paulo.....	6
Folha de São Paulo.....	8
O Estado de São Paulo.....	9
O Estado de São Paulo.....	10
O Estado de São Paulo.....	11
O Estado de São Paulo.....	12
Caraguatatuba e São Sebastião terão escolas cívico-militares.....	13
Câmara recebe audiência das metas fiscais do 1º quadrimestre de 2025 de Caraguatatuba no dia 28 de maio.....	14
Cotidiano.....	15
O Estado de São Paulo.....	15
O Estado de São Paulo.....	16
CIEE inaugura novo polo de aprendizagem em Caraguatatuba.....	17
Inscrições da seleção para estagiários de 36 cursos no serviço público municipal de Caraguatatuba terminam nesta quinta-feira.....	18
ACEC inaugura nova sede no Centro de Caraguatatuba e anuncia Café Empresarial no próximo dia 22/05; antigo prédio que abrigava a Casa do Empreendedor será ocupada por secretaria municipal.....	19
Prefeitura de Caraguatatuba prorroga prazo de inscrições para eleição do conselho gestor do Parque do Juqueriquerê.....	20
Geral.....	21
Corpo de Bombeiros atende ocorrência de Incêndio em residência com três animais... 21	
Cultura.....	22
Oficina “Leitura Fotográfica” com Bianca Canada inicia neste sábado em Caraguatatuba. 22	
Turismo e Esporte.....	23
Dupla de Caraguatatuba faz história no Circuito Sul-Americano de Vôlei de Praia no Peru.....	23
Entrevistas de hoje.....	24
Entrevista com a secretária da Fazenda, Flávia Oliveira, para a TV Câmara.....	24
Entrevistas passadas.....	25
Entrevista com a Secretária de Assuntos Jurídicos, Dra. Márcia Paiva, para a TV Band Vale (gravada).....	25
Clipping Eletrônico.....	26
Entrevista com a Secretária de Turismo, Bianca Colepicolo, para a TV Câmara.....	26

Política

Folha de São Paulo

O que mudaria com projeto que aumenta número de deputados

Deputados por UF



Aumento de deputados tem Alcolumbre como fiador, mas enfrenta resistência no Senado

Líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP) diz que debate deve ser mais longo, mas que há maioria para aprovação

Raphael Di Cunto e Ranier Bragon

BRASÍLIA O projeto de lei que cria mais 18 vagas de deputados federais enfrenta resistências no Senado. No entanto, o presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), prometeu trabalhar pela aprovação do texto.

De acordo com relato feito a líderes partidários pelo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), o presidente do Senado assegurou que não iria se contrapor aos deputados em um tema que os afeta diretamente.

O texto foi aprovado pela Câmara nesta terça (6) por 270 votos a favor e 207 contrários. A aprovação ocorreu após votação de regime de urgência ser definida horas antes, o que evitou que a proposta passasse por comissões.

O aumento do número de deputados de 513 para 531 resultará num gasto adicional de R\$ 64,6 milhões por ano em salários, cota parlamentar e verba de gabinete, segundo a consultoria da Casa. A cada legislatura, portanto, serão gastos mais R\$ 258,4 milhões só com estas novas despesas.

A Câmara recebeu R\$ 6,8 bilhões no ano passado para seu custeio e promete absorver o gasto extra nesse orçamento.

Haverá, porém, um efeito cascata nas Assembleias Legislativas, com a criação de 30 novas

vagas de deputados estaduais.

A proposta foi mal recebida por alguns senadores. "Brigo desde 2013 para que seja feita justiça e que o Amazonas tenha dois deputados federais a mais, como lhe é de direito, mas a forma que encontraram para fazer isso envergonha todos nós", disse o líder do PSDB, Plínio Valério (AM).

O projeto tem como objetivo adequar a proporção de força na Câmara entre os estados de acordo com os dados mais atualizados do Censo de 2022, do IBGE, e atende a uma determinação do STF (Supremo Tribunal Federal) para que isso seja feito até 30 de junho. Do contrário, a redistribuição seria feita pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

Em vez de redistribuir as 513 vagas existentes, o que resultaria em perda de assentos para estados como Rio de Janeiro, Alagoas e a Paraíba de Motta, o projeto aumenta o número total de deputados federais para que nenhum estado perca cadeiras.

O senador Paulo Paim (PT-RS), cujo estado perderia duas cadeiras, afirmou que conversou com outros senadores nesta quarta e todos se posicionaram contra a ideia. "Isso é legislar em causa própria, um aumento de gastos sem necessidade", afirmou.

Já o líder do União Brasil no Senado, Efraim Filho (PB), disse que é a favor, mas ainda conver-

sará com sua bancada. "A Paraíba perderia duas cadeiras na Câmara e isso é muito ruim. Perder vagas significa perder espaços políticos e investimentos", declarou.

Parte dos senadores disse ser contra o projeto, mas evitou se posicionar publicamente por enquanto, com a ressalva de que pode votar a favor caso Alcolumbre tenha feito um acordo com Motta. O argumento é de que, apesar do desgaste, seria ruim interferir numa decisão que afeta o Orçamento da outra Casa e que isso poderia desgastar a relação.

Líder do governo no Congresso, o senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) disse ver um clima para aprovação, justamente usando o argumento de que essa foi a decisão dos deputados. "Acho que aqui, pelo que eu sinto, pelo que percebo, nós vamos ter um debate maior. Como é um tema muito vindo da Câmara, e como é uma escolha da Câmara, eu creio que há uma correlação de força pela aprovação", afirmou.

O gesto para Motta seria também uma retribuição pela boa relação dos dois desde que assumiram o cargo. O presidente da Câmara ajudou a destravar a instalação das comissões mistas, compostas por deputados e senadores, para analisar as MPs (medidas provisórias), o que foi uma promessa de Alcolumbre na eleição para voltar ao cargo.

Folha de São Paulo



Sessão de votação na Câmara dos Deputados Bruno Spada/Câmara dos Deputados

Aumento da Câmara pode ter efeito cascata com mais 34 deputados estaduais

Decisão do STF geraria redução de vagas em Assembleias, mas proposta de deputados federais levaria a aumento

Raphael Di Cunto

BRASÍLIA O projeto de lei que aumenta a quantidade de deputados federais de 513 para 531 pode ter como efeito um número de 34 vagas de deputados estaduais a mais do que existiriam no país caso fosse respeitada a decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) para somente redistribuir as cadeiras na Câmara de acordo com a população de cada unidade da federação.

A proposta foi aprovada pela Câmara na noite desta terça-feira (6) por 270 votos a 207 e, agora, o projeto segue para análise do Senado Federal. A mudança valeria a partir da eleição de 2026.

O projeto visa adequar a proporção de força na Câmara entre os estados de acordo com os dados mais atuais do Censo de 2022, do IBGE, e atende a determinação do STF para que isso seja feito até 30 de junho. Do contrário, a redistribuição seria feita pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

Ao invés de redistribuir as 513 vagas existentes, o que resultaria em perda de assentos para estados como Rio de Janeiro, Alagoas e a Paraíba do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos), o projeto aumenta o número total de deputados federais.

Isso terá um custo de pelo menos R\$ 64,6 milhões em salários, cota parlamentar e verba de gabinete. O valor será absorvido pelo atual orçamento da Câmara, de acordo com o relator da matéria, deputado Damiano Feliciano (União Brasil-PB).

Também haverá, no entanto,

531

é o número de deputados federais que passará a vigorar caso o projeto de lei seja aprovado pelo Senado Federal

R\$ 64,6 milhões

é o valor que devem custar a mais os novos 18 deputados federais que teriam assento na Câmara caso o projeto de lei seja aprovado

R\$ 15,3 milhões

será o valor a mais que os 34 deputados estaduais poderiam custar a cada assembleia legislativa caso o projeto seja aprovado

um aumento no número de deputados estaduais, uma vez que o cálculo dessas vagas é proporcional ao número de deputados federais de cada estado.

O projeto aprovado pela Câmara cria, como consequência, mais 30 vagas nas Assembleias Legislativas do Amazonas (6), Ceará (1), Goiás (1), Minas Gerais (1), Mato Grosso (6), Pará (4), Paraná (1), Rio Grande do Norte (6) e Santa Catarina (4) a partir de 2026.

Além disso, deixarão de ser cortadas quatro cadeiras, o que ocorreria caso houvesse a redistribuição de vagas na Câmara de Deputados sem o aumento no número de parlamentares federais.

Com isso, o número total de deputados estaduais, hoje de 1.059, passará a ser de 1.089. Caso o aumento não seja aprovado pelo Senado, contudo, o total cairá para 1.055. Os dados são de estudo feito por Henrique Cardoso Oliveira, cientista político da Fundação 1º de Maio, ligada ao partido Solidariedade.

Não há estimativas, ainda, de impacto nas contas dos estados, já que o relator na Câmara só fez o cálculo para o Legislativo federal e cada Assembleia Legislativa estabelece seu próprio pacote de auxílios dos deputados, como verbas, auxílios e funcionários, além dos próprios salários.

Cada assembleia legislativa pode estabelecer o salário em até 75% do valor recebido por um deputado federal. Hoje, este teto é de R\$ 34.774,64. Só em salários, portanto, os 34 deputados estaduais a mais podem custar, pelo menos, R\$ 15,3 milhões por ano.

Entenda o projeto aprovado na Câmara que aumenta o número de deputados

O que diz a Constituição sobre o cálculo do número de deputados? A Constituição estabelece que o número de deputados deve ser proporcional à população, respeitando o limite mínimo de 8 e o máximo de 70 por unidade da federação. O cálculo é feito com base nos dados do Censo Demográfico do IBGE

Quantos deputados federais há hoje e quantos haverá se o projeto for aprovado? A Câmara tem 513 deputados. Caso o projeto vire lei, o número irá para 531

Quais estados ganhariam deputados e quais perderiam? Nenhum estado perderia representantes e nove ganhariam: Pará (4), Santa Catarina (4), Amazonas (2), Mato Grosso (2), Rio Grande do Norte (2), Goiás (1), Ceará (1), Paraná (1) e Minas Gerais (1)

Qual é a justificativa da Câmara?

A Casa diz que a proposta cumpre decisão do STF sobre o tema ao mesmo tempo em que evita que estados percam deputados

O que o STF havia decidido? Em agosto de 2023, a pedido do Pará, o STF determinou que o número de deputados por unidade federativa fosse readequado à população medida pelo Censo de 2022. A corte determinou que o Congresso deve editar lei sobre o tema até 30 de junho. Caso o prazo não seja cumprido, o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) estabelecerá o número de deputados a serem eleitos por unidade da federação em 2026

O STF determinou aumento do número de deputados? Não. Uma alternativa para cumprir a decisão, por exemplo, seria redistribuir as atuais 513 vagas. Nesse caso, sete estados poderiam ter o número de deputados reduzido. São eles Rio de Janeiro (4), Bahia (2), Paraíba (2), Piauí (2), Rio Grande do Sul (2), Alagoas (1) e Pernambuco (1). Outros sete ganhariam deputados: Pará (4), Santa Catarina (4), Amazonas (2), Ceará (1), Goiás (1), Minas Gerais (1) e Mato Grosso (1)

Haverá aumento de gastos se o projeto for aprovado? Sim, a Câmara calcula em R\$ 64,6 milhões por ano o aumento de custos incluindo salários, benefícios e estrutura para os novos parlamentares. O impacto total, porém, deve ser maior, uma vez que esses deputados poderão indicar emendas ao orçamento. Além disso, haverá custos para as Assembleias Legislativas, pois a Constituição vincula o número de deputados estaduais ao de federais

Quais os próximos passos da tramitação? O projeto segue para análise do Senado, que tem até 30 de junho para votá-lo. A aprovação requer maioria absoluta (257 votos). Se passar pela Casa, o texto segue para sanção do presidente

O que dizem os críticos à proposta? Deputados contra o projeto afirmam que o texto incha a Câmara e aumenta o gasto público. Além disso, questionam a ausência de debates sobre o tema

Folha de São Paulo

Aprovação de relatório de deputado bolsonarista representa derrota do governo e deve gerar atrito com tribunal; ministros do Supremo dizem que medida é inconstitucional

Marianna Holanda e César Feitoza

BRÁSILIA O plenário da Câmara dos Deputados aprovou na noite desta quarta-feira (7) um projeto que suspende a ação penal contra o deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ), com uma brecha para tentar atingir todo o processo relativo à trama golpista de 2022 e beneficiar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

A medida confronta o STF (Supremo Tribunal Federal) por ir na contramão do entendimento de que o instrumento deve ficar restrito aos atos cometidos pelo parlamentar após sua diplomação.

O relatório aprovado, do deputado bolsonarista Alfredo Gaspar (União Brasil-AL), tem texto abrangente e suspenderia a ação por completo, beneficiando outros réus, como Bolsonaro.

O presidente da Primeira Turma do STF, Cristiano Zanin, porém, já havia avisado a Câmara sobre restrições de competência dos deputados, e quatro ministros da corte afirmaram à Folha que a medida é inconstitucional.

No plenário da Câmara, o projeto teve o apoio de 315 deputados, com 143 votos contra.

O resultado representou uma derrota também ao governo Lula (PT), cujos aliados tentaram evitar a aprovação.

Entre deputados que disseram sim ao texto há integrantes de legendas que compõem a base de do Palácio do Planalto. De 60 votos possíveis do União Brasil, por exemplo, 50 deram aval ao texto. No MDB, 32 dos 44 foram a favor.

Há expectativa entre parlamentares de que o caso será judicializado e que o STF dará seu parecer em um entendimento mais restritivo da medida. Com isso, porém, teria o desgaste de ter de se posicionar sobre o tema. Há a possibilidade ainda de que a própria Primeira Turma do STF delibere sobre isso na ação penal.

Quatro ministros do STF ouviram sob reserva pela Folha confirmam que a tentativa de beneficiar outros réus não deve prosperar na corte. Segundo eles, há um entendimento majoritário de que o movimento dos parlamentares é inconstitucional.

Outro ponto levantado por esses ministros, incluindo um integrante do colegiado responsável pelo julgamento do processo sobre a trama golpista, é que a palavra sobre o tema será de Zanin, presidente da Primeira Turma.

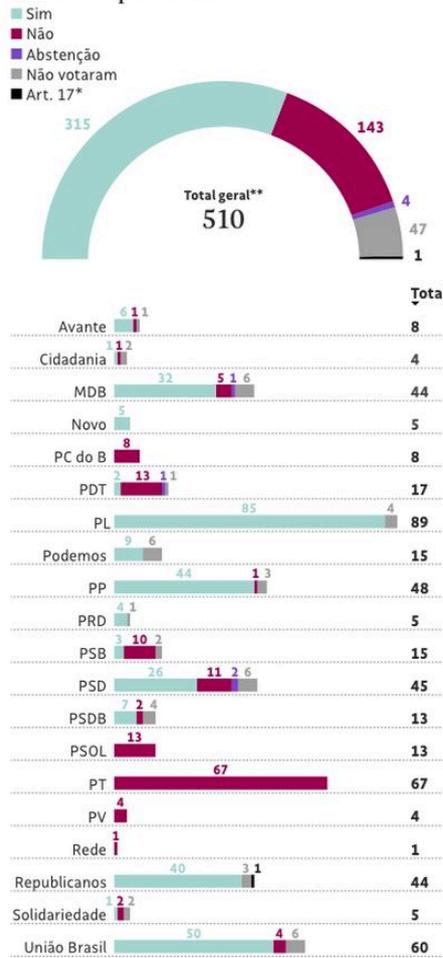
Em ofício enviado a Motta, Zanin afirmou que a Casa só tinha competência para sustar julgamento de crimes de deputados imputados após a diplomação. Isso limitaria a sustação a dano qualificado ao patrimônio e deterioração do patrimônio tombado.

Outros três crimes —associação criminosa armada, golpe



O deputado Alexandre Ramagem (PL-RJ) participa de sessão da CCJ que aprovou relatório a seu favor. Lula Marques/Agência Brasil

Como cada partido votou em ação para trancar ação contra Ramagem, com brecha para Bolsonaro



* O presidente da Câmara não vota, segundo o artigo 17 do regimento interno da Câmara
 ** Número total de deputados é menor que 513 devido à cassação de Chiquinho Brazão e do licenciamento de Eduardo Bolsonaro (PL-SP); Alexandre Ramagem foi impedido de votar
 Fonte: Câmara dos Deputados

de Estado e abolição do Estado democrático de direito — pelos quais Ramagem é acusado, que teriam sido cometidos antes da diplomação, não seriam abrangidos, no entendimento de Zanin.

Uma avaliação de técnicos da Câmara é de que, apesar do entendimento do STF, a Casa pôde aprovar o texto da forma como estava porque a Constituição atribui a decisão da suspensão ao Legislativo, não ao Judiciário. Dessa forma, a extensão da prerrogativa caberia aos parlamentares.

Já o entendimento na oposição é de que, tecnicamente, a suspensão só pode dizer respeito ao deputado Ramagem em si. Em outra frente, num argumento político, dizem que seria um desrespeito à corte, que começou o julgamento da ação penal neste ano, com a transformação de acusados em réus.

Deputados também se queixaram da velocidade na tramitação da medida, que foi aprovada na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) nesta tarde e encaminhada à noite ao plenário. O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), não acatou os pedidos para adiar a discussão.

Como mostrou a coluna Painei, da Folha, antes mesmo da aprovação do relatório na CCJ, a base do governo já se preparava para contestar a aprovação do relatório no STF. Até mesmo deputados aliados de Ramagem dizem acreditar que o entendimento da Câmara será revertido pelos ministros da corte, mas com isso jogam o desgaste para o Supremo.

Em defesa do seu relatório no plenário, Alfredo Gaspar afirmou na tribuna que “sustar ação penal não é jogar para a impunidade”.

“O deputado Delegado Ramagem, assim como nós, só tem mais 1 ano e 6 meses de mandato. A sustação da ação penal é a paralisação do curso do processo até o fim do mandato, daqui a 1 ano e 6 meses. Além disso, o deputado não irá contar com o benefício da prescrição. A prescrição estará intacta”, disse Gaspar.

Último orador inscrito no plenário, o líder do PL, Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), agradeceu o apoio de parlamentares de legendas ocupantes do primeiro escalão da Esplanada dos Ministérios.

“Para ser justo, todos os partidos de centro —União Brasil, MDB, PSD, Progressistas, Podemos, PRD— estavam na CCJ e agora estão nos acompanhando [no plenário]”, afirmou.

Durante a sessão da CCJ, Ramagem criticou o Supremo.

“Não é apenas ativismo judicial exacerbado, há clara usurpação das nossas competências legislativas. [...] Estou servindo hoje de joguete casuístico do STF”, declarou. “Se fazem comigo, podem fazer isso com vocês algum dia, inclusive colegas de esquerda.”

Folha de São Paulo

Kassab afirma não ver antagonismo entre participar do governo Lula e defender outro nome para 2026

Ranier Bragon

BRASÍLIA O presidente nacional PSD, Gilberto Kassab, voltou nesta quarta (7) a fazer prognósticos para 2026 que põem na sua lista de prioridades estar ao lado do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), ou lançar candidato próprio à Presidência da República.

Apesar de ter três ministérios no governo Lula (PT), Kassab sinaliza não considerar provável subir no palanque do petista — e não ver contradição nisso.

“Não há antagonismo nenhum, pelo contrário, mostra um partido sadio, um partido com bons quadros, com pessoas respeitadas e que têm sinergia com a sociedade”, disse na Câmara dos Deputados, onde participou da solenidade de filiação do deputado Luciano Amaral (AL) ao partido.



A tendência de qualquer grande partido é sempre haver um esforço para que tenhamos candidatos próprios

Gilberto Kassab presidente nacional do PSD, sobre a possibilidade de lançar candidatura própria da legenda para a Presidência da República em 2026

“Portanto é uma contribuição de um partido como o PSD para o nosso país, para a nossa democracia poder apresentar uma, duas ou três candidaturas que, a gente sabe, têm valor e são reconhecidos pela sociedade como pessoas do bem, como pessoas que sabem fazer gestão, sabem fazer a boa política.”

Kassab, que é secretário de Governo do Estado de São Paulo, voltou a dizer que estará ao lado de Tarcísio, seja qual for a decisão do governador, tentar a reeleição ou enfrentar possível tentativa de Lula de obter um quarto mandato.

Questionado sobre se a tendência do PSD é não estar ao lado de Lula, respondeu que ainda é cedo para definições, mas voltou a sublinhar ser mais provável candidatura própria.

“Dizer não estar ao lado do go-

verno seria algo muito forte, até porque dentro do partido temos aliados do governo. A tendência de qualquer grande partido é sempre haver um esforço para que tenhamos candidatos próprios”, disse, citando o governador do Paraná, Ratinho Júnior, e o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, se esse deixar o PSDB e se filiar ao PSD.

Também falou sobre sua avaliação de que Lula, mesmo desgastado, pode ser um candidato difícil de bater em 2026.

“O que eu disse é que o presidente Lula tem muita experiência, terceiro mandato, é uma pessoa que está no exercício da Presidência, sempre é um presidente forte. Mas governo é governo e sempre tem que enfrentar seus desgastes e os desgastes podem gerar uma expectativa baixa de reeleição.”

Folha de São Paulo

Presença de Lula ao lado de Putin enfraquece coerência do Brasil

Opinião

Governo afirma neutralidade na guerra entre Rússia e Ucrânia, mas os sinais que emite indicam outra coisa; em política internacional, os gestos de hoje moldam as oportunidades de amanhã

Carlos Gustavo Poggio

Doutor em relações internacionais e especialista em política dos Estados Unidos

Na política internacional, os gestos falam tanto quanto os tratados. A presença do presidente Lula (PT) em Moscou, ao lado de Vladimir Putin, durante o Dia da Vitória, em meio ao boicote da maior parte das democracias liberais, é um desses gestos que moldam percepções e alteram expectativas.

O Brasil afirma neutralidade no conflito entre Rússia e Ucrânia, mas os sinais que emite indicam outra coisa. Desde o início da guerra, o Brasil buscou evitar alinhamentos formais. Recusou o envio de armas à Ucrânia, defendeu o diálogo com todas as partes e se colocou como potencial mediador.

Mas há limites para esse equilíbrio. E eles se tornam claros quando o comportamento do Brasil começa a se afastar dos princípios que historicamente defendeu.

A crise de coerência se aprofundou em 2023, quando o Tribunal Penal Internacional (TPI) emitiu um mandado de prisão contra Putin por crimes de guerra, pela deportação forçada de crianças ucranianas. O Brasil é signatário do Estatuto de Roma desde 2002 e teve papel importante na legitimação do tribunal.

Ao contrário das grandes potências militares, que se mantêm fora da jurisdição do TPI, o Brasil viu no tribunal uma ferramenta de equilíbrio e justiça internacional. Ainda assim, Lula declarou: "Se ele vier ao Brasil, não será preso de jeito nenhum. Quero muito estudar essa questão desse Tribunal Penal, porque os Estados Unidos não são signatários, a Rússia não é signatária. Então, por que o Brasil tem que ser?"

A pergunta ignora não só compromissos legais, mas o papel histórico que o Brasil buscou exercer na defesa de normas internacionais. A presença em Moscou reforça a imagem de um país que, na prática, afasta-se das democracias liberais e se aproxima de um grupo revisionista.

O revisionismo, por si só, não é um defeito. Críticas à ordem internacional vigente, marcada por desigualdades e hipocrisias, são legítimas. Mas o desafio é ir além da pauta negativa: não se trata apenas de rejeitar o que existe, e sim de propor algo melhor. Que tipo de ordem o Brasil deseja construir? Uma crítica sem alternativa se torna ruído. Um proje-



Lula participa de cerimônia de boas-vindas ao chegar em Moscou | Ilya Pitalyov/Divulgação via Reuters



A força da política externa brasileira sempre esteve em sua capacidade de articular interesses com valores, construindo pontes sem abrir mão de princípios. Para continuar relevante, o Brasil precisa projetar estabilidade, previsibilidade e compromisso

to construtivo exige coerência, clareza e aliados adequados.

Putin já deixou claro que defende uma nova ordem multipolar. Até aí, sem problemas: diversificar parcerias é benéfico ao Brasil. Mas a multipolaridade que interessa ao Kremlin remete à lógica do século 19, baseada na força e em esferas de influência. Ironicamente, a visão russa de ordem internacional hoje se alinha mais à lógica nacionalista e transacional promovida pelo trumpismo nos EUA do que ao modelo cooperativo historicamente defendido pelo Brasil.

A conjuntura atual, marcada pela erosão da ordem liberal, abre uma janela de oportunidade para o Brasil propor uma visão de ordem mais inclusiva, baseada em regras, cooperação multilateral e respeito ao direito internacional. Mas is-

so exige coerência. Ao marcar presença em Moscou, o Brasil corre o risco de cancelar um modelo de mundo com o qual não deveria se comprometer.

Talvez setores da diplomacia brasileira vejam nessa aproximação uma tentativa de resuscitar a ideia de um novo "grupo de não alinhados", remetendo à Conferência de Bandung de 1955, quando líderes da Ásia e da África buscaram afirmar autonomia diante das pressões da Guerra Fria.

A conferência foi um marco da afirmação do chamado Sul Global, com ênfase em soberania e solidariedade entre países emergentes. Mas Moscou não é Bandung. A guerra na Ucrânia não é uma disputa entre blocos coloniais rivais, mas sim o caso de uma potência autoritária invadindo um país mais fraco e soberano. Nesse contexto, a impressão de apoio a regimes que desrespeitam normas basilares do direito internacional não fortalece a autonomia brasileira — enfraquece sua coerência.

A força da política externa brasileira sempre esteve em sua capacidade de articular interesses com valores, construindo pontes sem abrir mão de princípios. Para continuar relevante, o Brasil precisa projetar estabilidade, previsibilidade e compromisso com uma ordem baseada em regras — não apenas de independência, mas de direção. Em política internacional, os gestos de hoje moldam as oportunidades de amanhã.

← Ideias inspiradoras para um mundo em evolução

Porto

FRONTEIRAS 25

DO PENSAMENTO

VENHA ESCUTAR O NEUROCIENTISTA QUE COLOCOU A EMOÇÃO COMO BASE DA RAZÃO

ANTÔNIO DAMÁSIO

Mackenzie > 11/08

+2 ENCONTROS IMPERDÍVEIS:

No Auditório Ruy Barbosa | Mackenzie

Jonathan HAIT > 19/08

Chimamanda NGOZI ADICHIE > 16/08

5X

DESCONTO E PARCELAMENTO EXCLUSIVO para clientes cartão Porto Bank.

NOVIDADE

Ingressos para conferências individuais também disponíveis.

Parceiros:

INTELLIGENCE

FOLHA

pwc

NEOON

Mackenzie

RS

glaxo

mils

Delos/BRUNDU

Delos/BRUNDU

AJ&CET

Vagas limitadas

FRONTIERAS.com/25

© 11.9078.9762

Folha de São Paulo

STJ autoriza pela primeira vez registro civil de gênero neutro em documento de identificação

Decisão é inédita e foi unânime; colegiado entendeu que direito a autoidentificação deve ser assegurado como forma de proteção

Ana Pompeu

BRASÍLIA A 3ª turma do STJ (Superior Tribunal de Justiça) autorizou nesta terça-feira (6) uma pessoa a ser identificada com gênero neutro em seu registro civil. A decisão é inédita no Brasil e foi tomada de forma unânime pelo colegiado.

No processo, uma pessoa tinha um registro em um gênero dado no nascimento, pediu a retificação, fez tratamento hormonal e cirurgia de redesignação. Ela, no entanto, não se identificou com as mudanças e entrou com o pedido da Justiça para registrar o gênero neutro.

O caso foi relatado pela ministra Nancy Andrighi.

Ele foi decidido em um recurso apresentado por uma pessoa e vale apenas para o caso concreto. A decisão, é, no entanto, o primeiro precedente no tema, e ajuda a formar jurisprudência.

“É muito importante este julgamento. Temos um processo em que a pessoa se deu conta de que não estava bem no segundo sexo. Então não estava bem no primeiro e no segundo concluiu que não estava confortável, não era aquilo que emocionalmente estava passando no coração dela”, disse a relatora.

Os ministros Ricardo Villas Bôas Cueva, Humberto Martins, Moura Ribeiro e Daniela Teixeira acompanharam a proposta da relatora. “Aqui a questão é muito dramática. No meu modo de ver, esse ser humano deve estar sofrendo muito. Você sofrer cirurgia, tomar hormônios, converter-se naquilo que imaginava que seria bom para ela. Não deu certo. Ela não se sentiu bem”, afirmou a ministra.



A ministra Nancy Andrighi na inauguração do Cejusc (Centro Judiciário de Soluções de Conflitos) do STJ. Emerson Leal - 22.abr.25/Divulgação/STJ

Cueva fez sugestões de fundamentos ao voto da relatora, que foram acatadas pelo colegiado. Ele fez considerações sobre ques-



Ministra cita jurisprudência no caso da união homoafetiva

A ministra citou jurisprudência do STF (Supremo Tribunal Federal) no caso da união homoafetiva.

“É o famoso direito à felicidade chancelado pelo STF quando julgou a questão da união homoafetiva. A pessoa trans precisa e merece ser protegida pela sociedade e pelo Judiciário. Dar a elas o direito a autoidentificação é garantir a elas o mínimo de segurança que as pessoas binárias já têm”, disse Teixeira.

tões e conceitos sobre sexo, identidade de gênero e sobre como o tema é tratado no direito e pela legislação, além das alterações ao longo dos anos.

O ministro destacou, ainda, o reconhecimento das identidades de pessoas não binárias.

Durante a sessão desta terça, a ministra Daniela Teixeira também defendeu o reconhecimento do registro de gênero com o qual o cidadão se identifica.

“Também registro o direito de a parte ter resguardado o direito de ter registrado no seu documento de identificação do gênero com o qual se identifica e se apresenta socialmente, resguardando sua vida, segurança, saúde mental e, acima de tudo, o seu direito de ser quem é”, disse.

O Estado de São Paulo

Poderes

Câmara confronta Supremo e aprova projeto para sustar ação penal do golpe

— Em proposta que trata do deputado Alexandre Ramagem, plenário aprova, por 315 votos a favor, pedido de suspensão do processo criminal no STF por tentativa de ruptura institucional

GABRIEL DE SOUSA
GUSTAVO CÔRTEZ
BRASÍLIA

A Câmara dos Deputados aprovou na noite de ontem projeto que suspende processo penal por tentativa de golpe contra o deputado Alexandre Ramagem (PL-RJ) no Supremo Tribunal Federal (STF). A decisão também beneficia o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e os outros 32 denunciados pela Procuradoria-Geral da República (PGR) por atos golpistas.

A proposta foi aprovada com amplo apoio dos partidos do Centrão e da oposição. Foram 315 a favor e 143 contra. Ministros da Primeira Turma do Supremo podem reagir à decisão dos parlamentares. Interlocutores de Alexandre de Moraes, relator dos processos, e Cristiano Zanin, presidente da Turma, dizem que a tendência do colegiado a de não acatar a decisão.

Na discussão da proposta, que é um projeto de resolução apresentado pelo PL, tanto a base do governo Lula quanto a oposição ao governo deixaram claro que o texto beneficia Bolsonaro e os outros denunciados. Ou seja, a partir da decisão da Câmara, o STF teria de travar ação penal contra os 34 denunciados por tentativa de golpe. O Supremo, no entanto, já havia avisado que os deputados não poderiam suspender o trâmite judicial contra acusados e réus

que não são parlamentares.

Na tribuna da Câmara, o relator do projeto, deputado Alfredo Gaspar (União Brasil-AL), afirmou que a sustação não vai se restringir a Ramagem e também vai alcançar todos os acusados (21 deles já são réus).

'MESMO VAGÃO'. “Quem fez uma denúncia colocando todo mundo no mesmo vagão? Ou seja, quem escolheu Ramagem e os outros na mesma denúncia? O Ministério Público. O Ministério Público tinha a oportunidade de, sabendo que ele era deputado, ter o cuidado de fazer uma denúncia em separado”, disse Gaspar.

Quando o processo de resolução foi colocado na pauta, o

**Iniciativa
Proposta é um projeto de
resolução apresentado
pelo PL, partido de
Jair Bolsonaro**

líder do PT na Câmara, deputado Lindbergh Farias (RJ), disse que a intenção da oposição era livrar Bolsonaro e os outros denunciados dos julgamentos do STF. Lindbergh afirmou ainda que a Corte vai derrubar a medida. “Aprovar isso aqui é levar a Câmara para a irrelevância institucional. Os senhores acham que alguém aqui está dando peitada no Supremo? Isso vai ser totalmente desconsiderado, porque não respeita nenhum

Bolsonaro: 'Se Congresso aprovar anistia, ninguém tem que se meter'

Em ato na capital federal, ontem, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), descumprindo recomendação médica, subiu no carro de som e voltou a defender a anistia aos condenados pelo 8 de Janeiro. Ele afirmou que, se o projeto que livra os radicais de punição for aprovado no Congresso, não poderá haver qualquer contestação dos demais Poderes.

“Anistia é um ato político e privativo do Parlamento brasileiro. Se o Parlamento votou, ninguém tem que se meter em nada, tem que cumprir a vontade do Parlamento, que representa a vontade da maioria do povo brasileiro”, disse o ex-presidente.

O ato reuniu cerca de 4

fundamento constitucional”, disse o petista.

Junto a Bolsonaro, Ramagem foi denunciado pela PGR por envolvimento em uma tentativa de golpe de Estado e virou réu no caso por decisão da Primeira Turma em 26 de março.

“Fica sustado o andamento da Ação Penal contida na Petição n.º 12.100, em curso no Supremo Tribunal Federal, em relação a todos os crimes imputados”, diz o parágrafo único do



Ex-presidente durante ato em Brasília; defesa da anistia

mil pessoas, segundo o Monitor do Debate Público do Meio Digital, formado por pesquisadores de Cebrap e USP, com apoio da ONG More in Common. A contagem foi feita no pico do evento, próximo à Catedral Metropolitana, às 16h30. ● ZECA FERREIRA, GUILHERME CAETANO, WESLEY GALZO E G.S.

parlamentar, a ação deve ser sustada. É sim ou não, e está acabado”, disse.

Tanto Bolsonaro quanto Ramagem são réus pelos crimes de golpe de Estado, tentativa de abolição violenta do estado democrático de direito, organização criminosa, dano qualificado e deterioração do patrimônio público tombado. Somadas, as penas para esses crimes podem chegar a 43 anos de prisão.

O PL se fundamenta num trecho da Constituição que dá à Câmara o poder de sustar o andamento de uma ação penal enquanto o parlamentar mantiver o seu mandato.

A leitura entre os ministros do Supremo, porém, é de que o Poder Legislativo não tem atribuição para decidir sobre ações penais em curso na Corte e de que poderiam ser anuladas apenas as acusações contra Ramagem sobre atos após sua diplomação. Fatos criminosos anteriores à diplomação não podem ser objeto de votação na Câmara, avaliaram esses interlocutores.

Em ofício enviado à Câmara, Zanin já havia alertado os deputados sobre os limites que uma decisão de sustar a ação penal teria. A Constituição dá direito à Câmara e ao Senado de travar ação penal contra deputado ou senador por votação. Para integrantes do STF, essa autorização constitucional não poder ser ampliada para outros réus, como o ex-presidente da República. ●

O Estado de São Paulo

Centrão vê CPI do INSS na Câmara enterrada, e governo fica nas mãos de Alcolumbre

A atual chance de a Câmara instalar a CPI para investigar o escândalo do INSS é zero, na avaliação de integrantes do Centrão. Apesar de a comissão estar praticamente “enterrada” na Casa, contudo, parlamentares do grupo político que dá as cartas no Congresso ouvidos pela *Coluna* veem possibilidade de avanço de uma CPMI, que reuniria deputados e senadores. Esse cenário deixa o governo Lula, neste momento, nas mãos do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), que tem a prerrogativa de instalar comissões mistas. O senador, que emplacou o novo ministro das Comunicações, ainda negocia com o Planalto indicações para agências reguladoras e insiste na demissão do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, seu desafeto. Procurado, não comentou.

● **ENTRELINHAS.** O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), tem dito que há uma fila de pedidos de instalação de CPIs. A fala é vista como sinal de que o deputado não abrirá na Casa a investigação, que tem potencial de desgastar a gestão petista.

● **OPORTUNIDADE.** Alcolumbre ainda não se pronunciou publicamente sobre a possibilidade de instalação da CPMI. No entanto, terá tempo para abordar o assunto com Lula durante a viagem oficial para a Rússia que reúne autoridades brasileiras nesta semana.

● **PENTE-FINO.** O Tribunal de Contas de São Paulo fará auditoria extraordinária em todos os Institutos de Previdência do Estado para fiscalizar possíveis desvios de dinheiro relacionados ao INSS. A decisão, tomada pelo conselheiro Marco Bertaiolli, ocorre após a Polícia Federal revelar o esquema de descontos indevidos de sindicatos em benefícios de aposentados e pensionistas.

● **VALORES.** Segundo o TCE-SP, em janeiro foram descontados R\$ 26,8 milhões na folha de pagamento de aposentados do Estado. Cerca de R\$ 16,4 milhões são de créditos consignados, mas R\$ 10,4 milhões não têm especificação. “Reforçamos o cuidado que o controle externo deve ter diante dessa operação que escandalizou o Brasil”, disse Bertaiolli.

● **OFENSIVA.** Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, Filipe Barros (PL-PR) pediu para a PGR apurar possível crime de responsabilidade de Mauro Vieira, que faltou a audiência na terça-feira para a qual havia sido convocado. Procurado, o chanceler não comentou.

● **ACUSAÇÃO.** Vieira usou a viagem a Moscou com Lula como justificativa para não ir à Câmara. O ministro, contudo, embarcou às 22h e passou o dia em despachos internos, segundo agenda oficial. “Ele mentiu para a comissão”, disse Barros à *Coluna*.

O Estado de São Paulo

8 de Janeiro

Projeto no Senado abranda prisão de 249 condenados pelo STF a penas mais severas

Sentenciados a entre 11 e 17 anos de reclusão poderiam migrar do regime fechado para o semiaberto ou aberto, dizem especialistas

HUGO HENUD

O novo texto que ganhou tração no Senado como alternativa ao Projeto de Lei da Anistia em discussão na Câmara pode levar à transferência para os regimes aberto e semiaberto de 249 réus condenados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por envolvimento no 8 de Janeiro – inclusive em casos com penas de até 17 anos.

A proposta, articulada por líderes como o presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), prevê três mudanças centrais: redução das penas para os crimes de golpe de Estado e abolição violenta do estado democrático de direito, proibição da aplicação simultânea desses dois tipos penais e criação de um tipo penal mais brando para quem atuou sob influência da multidão.

Baseada no projeto já protocolado pelo senador Alessandro Vieira (MDB-SE), a iniciativa busca conter o avanço do texto em debate na Câmara, que prevê anistia ampla e irrestrita e poderia beneficiar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), réu no Supremo por tentativa de golpe de Estado.

No Senado, o tratamento proposto é distinto: os benefícios se restringem a quem não participou do planejamento ou financiamento dos crimes contra a democracia, ou seja, aos considerados “massa de manobra”. Já mentores e articuladores continuariam sujeitos a punições mais severas previstas na legislação penal.

RETROATIVA. Criminalistas ouvidos pelo **Estadão** avaliaram que a proposta pode levar à revisão das penas de 249 réus já condenados, especialmente por reduzir as penas dos principais crimes aplicados e impedir que duas condenações diferentes recaiam sobre a mesma conduta. Nesses casos, a reclassificação da pena pode permitir a migração do regime fechado para o semiaberto ou até aberto, segundo o professor de Direito Penal da USP Gustavo Badaró.

“Haveria uma revisão penal que poderia levar ao regime semiaberto, mas seria ana-

lisado caso a caso”, disse Badaró, destacando que, por se tratar de norma penal mais benéfica, a nova lei teria aplicação retroativa e poderia atingir condenações já definidas pelo STF.

O Código Penal estabelece que penas entre quatro e oito anos devem ser cumpridas inicialmente em regime semiaberto, no qual o condenado pode, por exemplo, trabalhar fora durante o dia e retornar à unidade prisional à noite.

De acordo com Badaró, com o novo texto, parte dos 249 réus sentenciados a entre 11 e 17 anos poderia ter a pena total reclassificada para essa faixa, considerando a redução das penas principais, absorção de um crime pelo outro e a manutenção apenas dos delitos acessórios, como associação criminosa armada, dano qualificado e deterioração de patrimônio tombado, cujas penas individuais tendem a ser menores. Segundo dados do STF de março, foram condenados pelo 8 de Janeiro cerca de 500 réus.

Divisão Parlamentares se dividem sobre projeto em curso na Câmara e texto alternativo do Senado

Nesse novo cenário, a pena final poderia cair para menos de oito anos, permitindo o cumprimento em regime semiaberto, especialmente porque muitos dos réus já estão presos há tempo suficiente para terem cumprido, no mínimo, um sexto da pena exigida para progressão de regime. “A maioria já cumpriu o tempo mínimo e é ré primária, o que permitiria o benefício de forma imediata”, disse Badaró.

Um exemplo é o caso da cabeleireira Débora dos Santos Rodrigues, que pichou de batom a frase “Perdeu, mané” na estátua da Justiça, durante o 8 de Janeiro. Condenada pela Primeira Turma do STF a 14 anos de prisão, ela já havia cumprido dois anos e 11 meses em prisão preventiva e hoje está em prisão domiciliar. Se aprovado, o novo texto poderia beneficiá-la com a progressão para o regime semiaberto.

MULTIDÃO. Além disso, o texto propõe a criação de um tipo penal para atos contra o estado de direito praticados por indivíduos influenciados por uma multidão, como foi o caso de

SENTENÇAS

Penas impostas pelo Supremo Tribunal Federal aos condenados por envolvimento nos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023

TEMPO DE PENA	NÚMERO DE CONDENADOS*
1 ANO	240
2 ANOS E 5 MESES	6
3 ANOS	3
11 ANOS E 6 MESES	5
11 ANOS E 11 MESES	3
12 ANOS	3
13 ANOS E 6 MESES	3
14 ANOS	32
14 ANOS E 6 MESES	102
16 ANOS E 2 MESES	1
16 ANOS E 6 MESES	56
17 ANOS	43
17 ANOS E 6 MESES	1

*DADOS ATÉ MARÇO DE 2025

FONTE: SUPREMO / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

ROQUE DE SÁ/AGÊNCIA SENADO-3/4/2025



Presidente do Senado, Alcolumbre é um dos articuladores do texto

parte dos réus do 8 de Janeiro. Badaró ponderou, no entanto, que dificilmente esse novo crime substituiria os já aplicados pelo STF (golpe e abolição do estado de direito). “É mais provável que, se aprovado, esse novo tipo penal seja usado em processos futuros.”

Embora Bolsonaro não seja beneficiado diretamente pela redução das penas, o criminalista Marcelo Crespo, coordenador do curso de Direito da ESPM-SP, disse que o texto pode favorecê-lo pela regra que determina que, se golpe e abolição forem cometidos no mesmo contexto, apenas o mais grave será considerado. Nesse caso, o ex-presidente responderia por golpe de Estado, com pena de quatro a 12 anos, sem o acúmulo de sanções.

“Haveria uma revisão penal que poderia levar ao regime semiaberto, mas seria analisado caso a caso (...) A maioria já cumpriu o tempo mínimo e é ré primária, o que permitiria o benefício”

Gustavo Badaró
Professor de Direito Penal da USP

Para Crespo, essa absorção alcançaria não apenas Bolsonaro, mas outros acusados de integrar o núcleo de articulação do golpe. Ele afirmou que, ao tornar obrigatória a fusão dos dois crimes, o texto facilita, na prática, o abrandamento das penas de réus com papel central nos atos golpistas. “Ela pode funcionar como um atalho jurídico para reduzir a responsabilização de figuras centrais. Esse detalhe pode ter impacto direto em casos de réus considerados articuladores.”

CAMINHO. Na avaliação do também criminalista Renato Stanzola, uma possível correção de excessos deveria partir do próprio STF, com a revisão das penas já impostas. “O caminho mais legítimo seria o STF reavaliar os casos em vez de o Congresso intervir com mudanças penais tão direcionadas.”

Além das consequências jurídicas, os analistas chamam atenção para os efeitos simbólicos de eventual aprovação do texto. “O ordenamento jurídico não pode e não deve ser moldado ao sabor das conveniências políticas do momento”, afirmou Crespo.

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), segue pressionado a pautar o requerimento de urgência para o projeto da anistia, enquanto o texto alternativo enfrenta resistência, especialmente do líder do PL, deputado Sóstenes Cavalcante (RJ), que defende um amplo perdão. “Isso parece uma estratégia para desviar o foco do movimento da anistia”, disse o líder do PL.

DIVERGÊNCIAS. O deputado Chico Alencar (PSOL-RJ) afirmou que a proposta do Senado não pode interferir no processo judicial em curso no Supremo. “Seria uma espécie de obstrução à Justiça, caso a tramitação de um projeto de lei tivesse esse tipo de interferência.”

No Senado, o ambiente também é dividido. Defensor de um perdão mais amplo aos radicais, o senador Carlos Portinho (PL-RJ) disse que o texto alternativo não impede o avanço do PL da Anistia. “Nada anula nossa luta pela anistia.”

Já Jorge Kajuru (PSB-GO) se opõe à proposta da Câmara e defendeu o texto do Senado. “Concordo, em parte, com os benefícios que o texto pode trazer para pessoas como a moça que escreveu ‘Perdeu, mané’ e foi condenada a 14 anos. Isso é desproporcional”, afirmou. ●

O Estado de São Paulo

Legislativo

Efeito cascata da Câmara pode criar 30 vagas nas assembleias

Aumento de deputados federais, se confirmado pelo Senado, amplia também o número de parlamentares regionais em nove Estados

.....

**PEDRO AUGUSTO FIGUEIREDO
BIANCA GOMES**

O aumento do número de deputados federais aprovado anteontem pela Câmara terá um efeito cascata em Assembleias Legislativas de diversas regiões do País. Levantamento feito pelo **Estadão** mostra que, se o texto for aprovado também no Senado, não será apenas a Câmara a ganhar novos parlamentares: 30 novas vagas de deputados estaduais também serão criadas, com destaque para Amazonas, Mato Grosso e Rio Grande do Norte, que terão seis novos parlamentares estaduais cada.

O projeto aprovado pela Câmara cria 18 cadeiras no Legislativo federal, distribuídas por nove Estados: Santa Catarina (+4), Pará (+4), Amazonas (+2), Mato Grosso (+2), Rio Grande do Norte (+2), Ceará (+1), Goiás (+1), Minas Gerais (+1) e Paraná (+1). Todos esses Estados também terão aumento no número de deputados estaduais.

Isso ocorre porque a Constituição Federal estabelece que o número de deputados estaduais em cada Assembleia é calculado com base na bancada federal do Estado correspondente. Pela regra geral, cada deputado federal equivale a três es-

taduais. Mas, se a bancada tiver mais de 12 representantes, a conta muda: a partir do 13.º, cada novo deputado federal acrescenta apenas um deputado estadual, e não mais três.

Por exemplo: a bancada de Minas Gerais na Câmara conta hoje com 53 representantes. Os 12 primeiros garantem 36 deputados estaduais – o triplo. Já os 41 deputados federais restantes acrescentam uma cadeira extra cada na Assembleia mineira. Assim, no total, Minas chega a 77 deputados estaduais. Se o

.....
Congresso
O projeto aprovado pela Câmara dos Deputados cria 18 novas vagas na Casa; Senado agora vai apreciar

projeto for aprovado também no Senado, o Estado passará a ter 54 representantes federais. Os 12 primeiros continuarão garantindo 36 deputados estaduais que, somados aos 42 restantes, totalizarão 78 parlamentares na Assembleia.

BANCADAS MENORES. Essa regra faz com que bancadas menores sejam proporcionalmente mais afetadas pelo projeto aprovado na Câmara. O Amazonas, por exemplo, tem 8 deputados federais e, portanto, o triplo de estaduais (24). O projeto, que ainda precisa passar pelo Senado, aumenta a bancada federal do Estado para 10 deputados, o que elevaria o número de cadeiras na Assembleia Legislativa do Amazonas para 30

– seis a mais do que o número atual. A conta é idêntica para Mato Grosso e Rio Grande do Norte.

Atrava constitucional entra em vigor nos casos de Santa Catarina e Pará, que ganharão quatro deputados federais cada. Os catarinenses passariam de 16 para 20 federais, mas, em vez da multiplicação por três, o aumento na Alesc seguiria uma proporção simples: de 40 para 44 parlamentares estaduais. No Pará, os 17 federais passariam para 21 e os 41 estaduais para 45.

A mesma lógica de proporção simples se repetiria no Paraná, em Goiás e no Ceará, que ganhariam um deputado federal e um parlamentar estadual cada, assim como Minas.

CUSTOS. A criação de 30 novas cadeiras de deputados estaduais significa o aumento do gasto público. Além do salário, os parlamentares têm direito a assessores e verba indenizatória para bancar custos do mandato, como auxílio-moradia, gasolina, passagens aéreas, hospedagem e alimentação. As regras e os benefícios variam conforme o Estado. É possível ainda que seja necessário a construção de gabinetes.

“Quando aumenta o número de deputados, isso gera custos indiretos que vão além do salário deles”, disse Wellington Arruda, especialista em Gestão Pública e Governamental pela Escola Paulista de Direito. ●

Veículo
Nova Imprensa



Caraguatatuba e São Sebastião terão escolas cívico-militares

O Governo do Estado de São Paulo anunciou a inclusão de Caraguatatuba e São Sebastião no novo programa de Escolas Cívico-Militares (ECM). A informação foi divulgada pela Secretaria da Educação, que selecionou 100 escolas em todo o estado após realizar três rodadas de consultas públicas para garantir a participação das comunidades escolares.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Diário Caiçara



Câmara recebe audiência das metas fiscais do 1º quadrimestre de 2025 de Caraguatatuba no dia 28 de maio

A audiência pública do Relatório de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do 1º quadrimestre de 2025 será no dia 28 de maio (quarta-feira), às 17h, na Câmara de Caraguatatuba, no Centro.

Técnicos da Secretaria da Fazenda apresentam a execução das receitas previstas e despesas do orçamento municipal no período para os membros da Comissão Permanente de Finanças, Orçamentos, Obras e Serviços Públicos do Legislativo, vereadores e público presente.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Cotidiano

O Estado de São Paulo

Saúde

Com 45,2 mil casos de síndrome respiratória, País aposta em vacinação

Governo fará Dia D de imunização contra gripe no sábado e anuncia R\$ 100 milhões para reforçar atendimento no SUS

.....

LAYLA SHASTA

O Ministério da Saúde vai promover neste sábado um Dia D de vacinação contra a gripe em todo o território nacional. A ação busca frear o aumento da síndrome respiratória aguda grave (SRAG) no País, que este ano já registrou 45,2 mil casos.

Dos registros da síndrome, 42,9% estão associados a algum vírus: 38,4% foram causados pelo vírus sincicial respiratório (VSR); 27,9%, pelo rinovírus; e 20,7%, pelo coronavírus. Os dois principais tipos de vírus da gripe, influenza A e B, causaram respectivamente 11,2% e 1,6% dos casos.

REFORÇO. Diante do cenário e do aumento nas hospitalizações de crianças, a pasta anunciou também um incentivo anual, em caráter excepcional, de R\$ 100 milhões para reforçar o atendimento infantil nas unidades do Sistema Único de Saúde (SUS).

A maioria dos casos de VSR tem sido registrada entre crianças de até 2 anos, especialmente nas Regiões Centro-Sul, Norte e Nordeste do País. Já entre adultos e idosos as hospitalizações estão especialmente ligadas à influenza A, com maior incidência em Amazonas, Mato Grosso do Sul e Pará. Os dados são da edição



FELIPE RAU/ESTADÃO-23/3/2020

País adquiriu 73,6 milhões de doses de vacina contra a gripe

mais recente do boletim InfoGripe, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

CAPITAIS. O documento mostra ainda que 18 das 27 capitais estão em nível de alerta, risco ou alto risco para SRAG, com

Boletim InfoGripe Indica que 18 das 27 capitais brasileiras estão em nível de alerta, risco ou alto risco para SRAG

tendência de crescimento. São elas: Aracaju, Belém, Belo Horizonte, Brasília, Campo Grande, Cuiabá, Florianópolis, Goiânia, Macapá, Manaus, Natal, Porto Alegre, Porto Velho, Rio Branco, Rio de Janeiro, Sal-

vador, São Paulo e Vitória.

IMUNIZAÇÃO. Para 2025, foram adquiridas 73,6 milhões de doses de vacina contra a gripe, distribuídas em todo o País. O imunizante é direcionado, neste momento, aos seguintes grupos prioritários: crianças de 6 meses a menores de 6 anos; idosos a partir de 60 anos; gestantes e puérperas; pessoas com doenças crônicas; trabalhadores do setor de saúde, professores e agentes das forças de segurança. Além disso, desde dezembro de 2024, a vacina contra a covid-19 passou a integrar o Calendário Nacional de Vacinação, com foco em gestantes, idosos e crianças. ●

O Estado de São Paulo

CBF

Pedidos de afastamento de Ednaldo são negados

LEONARDO CATTO

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes negou ontem os dois pedidos para o afastamento imediato de Ednaldo Rodrigues da presidência da Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Os dois requerimentos baseavam-se na perícia que apontou fraude na assinatura do acor-

do que manteve o presidente no cargo. A entidade diz que não teve acesso à análise e que todos os atos foram realizados dentro da legalidade.

As petições foram protocoladas entre terça-feira e ontem. A primeira foi feita pela deputada federal Daniela do Waguiinho (União Brasil-RJ). Depois, o vice-presidente da CBF, Fernando Sarney, protocolou novo pedido.

A perícia, feita a pedido do vereador carioca Marcos Dias (Podemos), indica falsidade na assinatura de Antônio Carlos Nunes de Lima no acordo, homologado pelo STF, que pôs fim ao julgamento do processo que poderia afastar Ednaldo. Coronel Nunes foi vice-presidente da CBF e assumiu o comando da entidade como interino em duas ocasiões.

O ministro Gilmar Mendes apontou que as petições utilizam "apertada síntese" para questionar as condições de saúde de Coronel Nunes. Ele argumentou que o pedido de afastamento é "incabível", já que essa situação se restringe a dispositivos da Lei Geral do

Esporte e da Lei Pelé.

O magistrado também defende que não há como reconsiderar a decisão cautelar que manteve Ednaldo, "uma vez que ela já esgotou os efeitos e não mais vigora". A Corte se prepara para julgar o mérito da ação, dia 28 de maio, em busca de um consenso sobre a possibilidade de o Ministério Público intervir ou firmar Termos de Ajuste de Conduta (TACs) com entidades esportivas. O julgamento, porém, não mudará a situação de Ednaldo em relação à presidência da CBF.

Ainda na decisão do ministro, Gilmar Mendes aponta que o acordo tinha o objetivo de encerrar um longo conflito

na CBF, que vinha desde 2022, quando o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) questionou a legitimidade da eleição de Ednaldo Rodrigues.

Apesar de negar as petições, o texto determinou que o TJ-RJ apure, de maneira imediata e urgente, as suspeitas apontadas pelos pedidos. Assim, caberá ao Tribunal determinar se o acordo pode realmente ser questionado ou não.

Até lá, Ednaldo Rodrigues continua na presidência da CBF. Se afastado, todos os vice-presidentes do mandato também perdem o cargo. Nesse caso, um interventor assume e é responsável por convocar novas eleições. ●

Veículo
Tamoios News



CIEE inaugura novo polo de aprendizagem em Caraguatatuba

Nesta terça-feira (6), o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) inaugurou um novo polo de aprendizagem em Caraguatatuba, no Condomínio Atlântico – Avenida Anchieta, centro. O evento contou com a presença do vice-prefeito e secretário de Serviços Públicos, Sérgio Braz; e a secretária de Governo, Eloíza Antunes.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo

Portal Notícias do Litoral
Litoral em Pauta
Ubatuba Times
Litoral Norte Web



Inscrições da seleção para estagiários de 36 cursos no serviço público municipal de Caraguatatuba terminam nesta quinta-feira

As inscrições do Processo Seletivo Para Quadro de Reserva e Contratação de Estagiários 01/2025 do Governo Municipal de Caraguatatuba encerram na próxima quinta-feira (8/5), às 12h, no site do Centro de Integração Empresa-Escola (Ciee).

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Litoral em Pauta



ACEC inaugura nova sede no Centro de Caraguatatuba e anuncia Café Empresarial no próximo dia 22/05; antigo prédio que abrigava a Casa do Empreendedor será ocupada por secretaria municipal

Vivenciando um novo capítulo em sua trajetória, a Associação Comercial e Empresarial de Caraguatatuba (ACEC), que completou recentemente 60 anos de muitas conexões e oportunidades de sucesso, celebra nova sede, no Centro da cidade.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Notícias das Praias



Prefeitura de Caraguatatuba prorroga prazo de inscrições para eleição do conselho gestor do Parque do Juqueriquerê.

A Prefeitura de Caraguatatuba prorrogou o prazo de inscrições para a eleição de representantes da sociedade civil organizada ligados à proteção, conservação e educação ambiental no Conselho Gestor do Parque Natural Municipal do Juqueriquerê.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Geral

Veículo
Tamoios News
O Vale
Diário Caiçara
Band Vale
TV Thati



Corpo de Bombeiros atende ocorrência de Incêndio em residência com três animais

Na tarde desta quarta-feira (7), um incêndio atingiu um dos cômodos de uma residência localizada no bairro Pontal Santa Marina, em Caraguatatuba – SP.

O Corpo de Bombeiros foi acionado e enviou duas viaturas ao local para conter as chamas. O fogo estava concentrado na suíte da residência e já se alastrava para outros ambientes.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Cultura

Veículo
Portal Notícias do Litoral



Oficina “Leitura Fotográfica” com Bianca Canada inicia neste sábado em Caraguatatuba

O Museu de Arte e Cultura de Caraguatatuba (Macc) recebe nos dias 10 e 24/5 (aos sábados), em dois períodos, das 10h às 13h e das 14h às 17h, a oficina “Leitura Fotográfica” com Bianca Canada. São 20 vagas por período e a inscrição deve ser realizada pelo formulário disponível no site www.estudiocanada.com.br/oficinas.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Turismo e Esporte

Veículo
Tamoios News



Dupla de Caraguatubeta faz história no Circuito Sul-Americano de Vôlei de Praia no Peru

As atletas Lucília Rosa e Kawane Caldeira, do Centro de Treinamento (CT) Caraguatá, fizeram história no Circuito Sul-Americano de Vôlei de Praia, disputado na última semana, no Peru.

A dupla ficou entre as 10 melhores da América Sul, um marco para o vôlei de praia paulista. Esta é a primeira vez que uma dupla paulista feminina é convocada para esta competição.

Agora, as caraguatubenses voltam ao Brasil e seguem os treinamentos para a disputa da 4ª etapa do Circuito Brasileiro de Vôlei de Praia, entre 14 e 18 de maio, em Aracajú (SE).

Entrevistas de hoje

08.05.2025

Entrevista com a secretária da Fazenda, Flávia Oliveira, para a TV Câmara

Pauta: Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) 2025



Entrevistas passadas

07.05.2025

Entrevista com a Secretária de Assuntos Jurídicos, Dra. Márcia Paiva, para a TV Band Vale (gravada)

Pauta: Reforma Administrativa



Clipping Eletrônico

07.04.2025

Entrevista com a Secretária de Turismo, Bianca Colepicolo, para a TV Câmara.

Pauta: Iniciativa da Secretaria de Turismo tem por objetivo ajudar na publicidade dos trabalhos dos artesãos de Caraguatatuba.



Assista a reportagem completa [aqui](#).